澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

No dia 3 de Janeiro de 2019, pelas 22 horas, ocorreu um incidente de disparo de um tiro para o ar por um agente policial num hotel do Cotai. De acordo com as notícias e os três vídeos que mais circulam na internet, podemos verificar que três turistas estavam a fumar numa área onde é proibido fumar. Na altura, um agente policial de segurança pública, que se encontrava destacado no local, dirigiu-se aos turistas e fez-lhes uma recomendação. No entanto, os três turistas ficaram repentinamente indignados e começaram, por iniciativa própria, a puxar e a empurrar o agente policial; durante os empurrões, o agente fez-lhes recomendações, mas não surtiram os devidos efeitos. Mais ainda, não se conseguiu saber claramente o que é que estava a fazer o pessoal do hotel, semelhante ao da segurança, isto é, não se sabe se estava a regular o trânsito, a receber turistas ou a salvaguardar a segurança. Durante aquele período, os três turistas actuaram constantemente de modo a provocar e a tentar atacar o agente policial. Perante esta situação, o agente policial comunicou com outros agentes para reforço. Depois de o agente ter recuado várias vezes, de ter emitido ordens para pararem e efectuado um aviso com o bastão, tudo sem eficácia, e na situação de os agentes policiais não terem chegado ainda ao local para reforço, o agente só podia disparar um tiro de aviso para o ar. Em seguida, os turistas foram detidos pelos agentes policiais que tinham acabado de chegar ao local. O agente policial que foi atacado ficou com ferimentos nas mãos, nas pernas e no abdómen, tendo sido submetido a exame médico e a tratamento no hospital.

Posteriormente, o meu Gabinete recebeu muitas opiniões dos cidadãos e dos agentes policiais da linha da frente, nas quais apontaram que, no referido incidente, o agente policial actuou com determinação e com calma, disparou atempadamente um tiro de aviso para o ar quando estava perante uma situação urgente e concluiu as devidas responsabilidades, por forma a evitar o agravamento do incidente. Quanto ao pessoal do hotel, semelhante ao da segurança, aquele não conseguiu então apoiar eficazmente o agente policial na execução da lei, visto que, no desenrolar de toda a cena, os seus actos foram estranhos, desconhecendo-se assim o sentido dos mesmos, e isto só reflecte que os casinos não têm conhecimentos suficientes sobre segurança e não oferecem formação suficiente aos trabalhadores dos hotéis para apoiar eficazmente os agentes policiais na execução da lei.

Actualmente, na sequência do desenvolvimento económico de Macau, o número de turistas tem vindo a aumentar continuamente. Segundo as estatísticas, em 2018, Macau recebeu aproximadamente 35 milhões de visitantes, de entre os quais, muitos permaneceram em Macau, o que constitui uma grande pressão em todos os aspectos. Há que saber que a área de Macau é de apenas 32,98 quilómetros quadrados, e o número de turistas continua a aumentar, assim, regista-se um excesso do número de turistas em muitas zonas, tais como a das Ruínas de São Paulo e a da Avenida de Almeida Ribeiro, aonde nem os locais agora querem ir. Para além disso, face ao aumento do número de turistas, são insuficientes as acções de divulgação que lhes são destinadas. Por exemplo, quanto às normas de proibição total do tabagismo nos casinos, que entraram em vigor há 6 dias, a sua divulgação foi escassa, sendo gravemente insuficiente, nomeadamente junto dos turistas, o

que leva a que estes não tenham conhecimento sobre o controlo do tabagismo em Macau. Um outro exemplo é o aumento do número de turistas que causam congestionamentos nas vias públicas, pois muitos turistas passam nas zebras como se estivessem a passear em jardins privados, ou só se preocupam em jogar no telemóvel a olhar para baixo, sem se preocuparem com a situação do trânsito, o que resulta em engarrafamentos e em perigos. Tudo isto reflecte a insuficiência de sensibilização e educação para os turistas por parte do Governo, o que facilmente leva ao surgimento de conflitos. As autoridades competentes devem recorrer à distribuição de panfletos ou à divulgação através da internet, para elevar a consciência dos turistas sobre o cumprimento da lei e a segurança, a fim de evitar que mais conflitos semelhantes aconteçam.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma **clara**, **precisa**, **coerente**, **completa** e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. As autoridades devem promover, quanto antes, campanhas de sensibilização sobre o controlo do tabagismo e a segurança rodoviária junto dos turistas, para que a Divisão de Educação Cívica possa cumprir as suas atribuições e aumentar a consciência dos turistas sobre o cumprimento da lei e a segurança, com vista a evitar a ocorrência de conflitos semelhantes. Vão fazê-lo?

2. As autoridades devem adoptar medidas eficazes para evitar a repetição de casos semelhantes, isto é, casos em que há falta de apoio do pessoal da

segurança, em que o agente policial não conseguiu executar a lei com sucesso, e que teve que disparar um tiro de aviso para o ar. Vão então fazê-lo?

3. Actualmente, verifica-se uma grave falta de inspectores na Inspecção de Jogos. De acordo com as informações recolhidas, em cada turno, um inspector tem de lidar com quatro casinos localizados em locais diferentes, cujo volume de trabalho é extremamente elevado. Perante esta situação, as autoridades devem implementar medidas eficazes para resolver a insuficiência de pessoal na Inspecção de Jogos, para que a execução da lei sobre o controlo do tabagismo possa ser eficazmente concretizada. Vão então fazê-lo? As autoridades devem clarificar a quem cabe a responsabilidade de execução da lei de controlo do tabagismo, isto é, será que aquela pertence aos Serviços de Saúde, à Inspecção de Jogos ou ao Corpo de Polícia de Segurança Pública?

7 de Janeiro de 2019

O Deputado à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,

José Maria Pereira Coutinho